

EAPN Portugal / Rede Europeia Anti Pobreza
Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2013

Índice

Introdução	3
1. Actividades de sistema	4
2. Estudos	9
2.1 Indicadores de Alerta	9
2.2 Elaboração do Referencial Estratégico para Monitorização do Desenvolvimento Social de Lisboa	17
2.2.1 Domínios Estratégicos	18
2.2.2 Critérios de Referência	19
2.2.3 Indicadores de Referência	20
2.3 “Barómetro de pessoas que se encontram em situação vulnerável” (2ª fase)	26
3. Encontros	28
4. Publicações	28
5. Outras actividades realizadas	28

Anexos

Anexo 1: Indicadores de Alerta (ponto de situação dos contactos realizados)

Anexo 2: Indicadores de Alerta (Quadro Síntese)

Anexo 3: Bateria de Indicadores de Referência do Referencial Estratégico

I. Introdução

Em 2013, o foco do trabalho do Observatório, para além das actividades de sistema já incorporadas na rotina do trabalho desenvolvido, baseou-se em duas actividades centrais.

A primeira diz respeito ao trabalho solicitado pela Rede Social de Lisboa e que consiste na elaboração de um Referencial Estratégico que sirva de base à “monitorização do desenvolvimento social de Lisboa de suporte à visão do Plano de Desenvolvimento Social”, tendo como fim último a promoção da coesão social na cidade; e a segunda na criação de uma bateria de indicadores de alerta que permita estudar a criação de um Índice que possibilite avaliar a evolução das condições socioeconómicas da população residente em Lisboa, desde o ano 2008 até ao presente.

Estas duas actividades, seja pelas linhas de orientação que definem e aconselham, seja pela criação de instrumentos que permitam conhecer mais e melhor a realidade de Lisboa, permitindo assim actuar de modo mais adequado, revestem-se de forte pertinência e relevância no contexto social da cidade, respondendo a necessidades efectivamente sentidas pelas organizações, como demonstra a rede de parceiros que estas actividades envolvem.

De seguida, apresenta-se o estado de execução das actividades apresentadas em Plano de Actividades 2013.

1. Actividades de sistema

▪ Recolha e tratamento estatístico trimestral

O objectivo desta actividade é proceder à recolha e tratamento estatístico de informação pertinente para o conhecimento e caracterização social da cidade de Lisboa através do estabelecimento de contactos com fontes fornecedoras de informação. Para além das fontes com as quais já existia colaboração regular, nomeadamente, IEFP (dados relativos aos inscritos nos centros de emprego), Instituto de Informática (dados sobre prestações sociais), INE (censos e anuários estatísticos), pretendia-se igualmente alargar a outras fontes com capacidade para fornecimento regular de informação.

Neste sentido, e devido à cooperação já existente, procedeu-se à actualização de algumas das bases de dados que já se encontram disponíveis no site do Observatório, nomeadamente, no que diz respeito aos dados do número de pessoas inscritas nos centros de emprego (até ao 3º trimestre 2013), informação sobre Pensões (ano 2012) e Prestações Sociais (ano 2012).

É finalidade última que as bases de dados existentes, para além da informação nacional e regional, contenham informação a nível de concelho e se possível das freguesias da cidade de Lisboa.

Uma nota para o facto de a colaboração regular estabelecida em 2011 com o Instituto de Informática, I.P: (Ministério da Segurança Social) e que permitia o acesso aos dados das prestações sociais, ter sido interrompida a partir do início de 2012, devido à passagem desta competência para o Instituto da Segurança Social. Apesar dos inúmeros esforços no sentido de restabelecermos a imprescindível cooperação com esta fonte de informação, tal não foi ainda possível, provocando assim a desactualização destes dados.

Relativamente ao objectivo de alargamento a novas fontes, este foi conseguido devido ao projecto Indicadores de Alerta (ver explicação mais detalhada na pág.9) em torno do qual foram estabelecidos ao longo do ano 2013 diversos contactos com entidades, que resultaram na disponibilização de novas bases de dados, de acesso livre na página do Observatório, nomeadamente:

- Insolvências de pessoas colectivas e pessoas singulares por concelhos do distrito de Lisboa (dados do 1º semestre de 2013);
- Indicadores de cobrança da Epal e Galp Energia (de 2008 até ao 3º trimestre de 2013);
- Sobreendividamento – DECO (de Janeiro de 2013 a Novembro 2013);
- Acção Social Escolar Pré-escolar e 1º ciclo EB (ano lectivo 2007/2008 até 2012/2013);
- Exibição Cinematográfica (2008-2013);
- Despedimentos Colectivos (de 2008 ao 3º trimestre de 2013).

▪ Actualização dos dados dos Censos 2011

Os resultados definitivos provenientes dos Censos 2011 foram disponibilizados no final do ano 2012. Neste sentido, e com o intuito de incorporar nas bases de dados elaboradas pelo Observatório estes dados, procedeu-se à respectiva actualização e introdução de novos indicadores com informação definitiva dos Censos 2011.

▪ Reformulação de dados por Freguesia e Concelho

Devido às alterações que a reorganização administrativa da cidade de Lisboa veio introduzir na delimitação do território das freguesias, provocando uma redução de 53 para 24 freguesias, houve necessidade de criar novas bases de dados com a informação disponibilizada ao nível de freguesia de modo a assegurar a comparabilidade dos dados e as respectivas séries históricas, mantendo assim o retrato de Lisboa actualizado.

Neste sentido, no que diz respeito a alguns indicadores da população e da habitação, o INE efectuou esse trabalho no final do ano, tendo o OLCPL compilado essa informação tratando-a estatisticamente. Relativamente à informação referente às prestações sociais e desemprego, por exemplo, apesar de os mesmos não terem ainda sido recalculados pelos organismos responsáveis pela sua recolha, o Observatório, no sentido de permitir a análise ao longo do tempo dos dados e a sua comparabilidade, optou por proceder a esse cálculo, podendo o mesmo estar sujeito a rectificações caso o organismo responsável pela sua recolha venha a proceder ao seu apuramento.

No caso das novas freguesias dos Olivais e do Parque das Nações, não existem dados disponíveis, pelo que se mantém a informação relativa à antiga freguesia de Santa Maria dos Olivais não havendo qualquer informação sobre a segunda.

Este trabalho de compilação e análise reflectiu-se na criação de 11 novos documentos com informação estatística sobre as novas freguesias de Lisboa, encontrando-se de com acesso livre na página de internet do Observatório.

▪ Elaboração e divulgação de Fichas de Projecto

De modo a complementar a informação quantitativa disponibilizada nas diversas bases de dados já referidas, o Observatório também reúne informação de carácter qualitativo presente nas diversas iniciativas e projectos que se desenvolvem em Lisboa no âmbito da Luta Contra a Pobreza.

A finalidade desta actividade é estar em contacto directo com a realidade local conhecendo os actores que intervêm na cidade e a sua avaliação do trabalho desenvolvido, complementando assim o conhecimento da realidade social.

Deste modo, o OLCPL propõe-se conhecer os projectos sociais que têm na sua génese a promoção da inclusão social no território da cidade de Lisboa e divulgá-los na sua página de internet, constituindo deste modo uma base de dados com práticas de combate à pobreza a nível local.

Neste sentido, em 2013 foram visitados o projecto “Orquestra Geração” da responsabilidade pedagógica da Escola de Música do Conservatório Nacional e o projecto “Para Ti Se Não Faltares” da Fundação Benfica.

As fichas de projectos de ambas as iniciativas, com informação sobre a génese do projecto, caracterização da intervenção, actividades e resultados alcançados, encontram-se disponíveis no separador “Iniciativas em Destaque” do *síte* do Observatório.

▪ Comunicação externa

Tendo em conta que todas as actividades do Observatório possuem uma importante componente de divulgação externa, coerente com o compromisso de disponibilizar de forma livre e actual toda a informação disponível, desenvolveram-se algumas acções especificamente desenhadas para este efeito utilizando plataformas de divulgação ampla de toda a informação através, nomeadamente, da web, correio electrónico e redes sociais.

Sendo a página de internet um dos principais meios de comunicação com o exterior, a sua dinamização é uma actividade fundamental do Observatório. Neste sentido, é procedimento regular a sua constante actualização nos diversos campos, através da inserção de notícias diárias de interesse geral disponibilizadas pelos *media*, das notícias do Observatório, do *update* com documentos nacionais e internacionais e com actividades do Observatório, da base de dados através da inserção de novos ficheiros, ou do menu Iniciativas em Destaque através da disponibilização das Fichas de Projectos (<http://observatorio-lisboa.eapn.pt/iniciativas.php>).

Com o intuito de promover a divulgação das actividades do Observatório bem como de documentos e actividades relevantes na área da inclusão social, o OLCPL procede ao envio mensal da *Flashnews* e dos destaques das notícias de imprensa *online* para os seus contactos de *email*.

A dinamização da página do *facebook* (Olcp Lisboa) insere-se no mesmo esforço de disseminação da informação para o qual contribuem as actividades anteriores, permitindo entrar em contacto com um maior e mais diversificado conjunto de pessoas e entidades.

Actividades de Sistema

Actividade	Objectivo	Acções realizadas	Resultados
<p><u>Dinamização da página WEB</u></p>	<p>Comunicar com o exterior, divulgando tanto actividades realizadas pelo Observatório, como documentos de relevância local, nacional e internacional</p>	<p>Actualização dos diversos campos/menus, nomeadamente: Notícias de interesse geral, Notícias do Observatório, Documentos, Iniciativas em Destaque.</p>	<p>Notícias de interesse geral: - inserção de notícias diárias disponibilizadas pelos <i>media</i></p> <p>Documentos: - disponibilização de documentos nacionais e internacionais - inserção de novos ficheiros com dados</p> <p>Notícias do Observatório: - divulgação das actividades do Observatório</p> <p>Iniciativas em Destaque - disponibilização de Fichas de Projectos</p>
<p><u>Recolha e tratamento estatístico trimestral</u></p>	<p>Recolha e tratamento estatístico de informação pertinente para o conhecimento e caracterização social da cidade de Lisboa</p>	<p>Estabelecimento de contactos com fontes fornecedoras de informação.</p>	<p>Actualização de base de dados existentes: - Desemprego 2013 (IEFP) - Pensões (INE) - Prestações Sociais (ISS)</p> <p>Novas bases de dados: - Insolvências de pessoas colectivas e pessoas singulares por concelhos do distrito de Lisboa (dados do 1º semestre de 2013); - Indicadores de cobrança da Epal e Galp Energia (de 2008 até ao 3º trimestre de 2013); - Sobreendividamento – DECO (de Janeiro de 2013 a Novembro 2013);- Acção Social Escolar Pré-escolar e 1º ciclo EB (ano lectivo 2007/2008 até 2012/2013); - Exibição Cinematográfica (2008-2013); - Despedimentos Colectivos (de 2008 ao 3º trimestre de 2013)</p>

Actividades de Sistema (cont.)

Actividade	Objectivo	Acções realizadas	Resultados
<u>Actualização dos dados dos Censos 2011</u>	Incorporar nas bases de dados elaboradas pelo Observatório, os dados definitivos dos Censos 2011	Actualização das bases de dados e introdução de novos indicadores relativos aos temas da População, Educação, e Habitação	Análise estatística de dados, tendo como resultado final a disponibilização dos seguinte dados : População: 31 ficheiros Educação: 71 ficheiros Habitação: 45 ficheiros
<u>Reformulação de dados por Freguesia e Concelho</u>	Assegurar a comparabilidade dos dados e as respectivas séries históricas, mantendo assim o retrato de Lisboa actualizado	Criação de novas bases de dados com a informação que disponibilizávamos ao nível de freguesia de acordo com as alterações que a reorganização administrativa da cidade de Lisboa veio introduzir na delimitação do território	Criação de 11 novos documentos com informação estatística sobre as novas freguesias de Lisboa, de acesso livre na página de internet do Observatório.
<u>Elaboração e divulgação de Fichas de Projecto</u>	Reunir informação de carácter qualitativo presente nas diversas iniciativas e projectos que se desenvolvem em Lisboa no âmbito da Luta Contra a Pobreza	Pesquisa e listagem de projectos existentes Contacto com projectos	Ficha de projecto “Orquestra Geração” da responsabilidade pedagógica da Escola de Música do Conservatório Nacional Ficha de Projecto “Para Ti Se Não Faltares” da Fundação Benfica
<u>Comunicação externa</u>	Promover a divulgação das actividades do Observatório e documentos /actividades relevantes na área da inclusão social	Construção de instrumentos de comunicação externa como a <i>Flashnews</i> e as notícias de imprensa <i>online</i> Dinamização do <i>facebook</i>	Envio mensal da <i>Flashnews</i> e dos destaques das notícias de imprensa <i>online</i> para os contactos de <i>email</i>

2. Estudos

2.1 Indicadores de Alerta

Em 2013, o Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, partilhando uma preocupação há muito manifestada por diversos investigadores e entidades envolvidas no combate à pobreza, e, associado ao contexto de grave crise económica vivida em Portugal, assumiu o compromisso de trabalhar na construção de um sistema de indicadores que permita aumentar a capacidade de antever alterações, positivas ou negativas, das condições socioeconómicas das famílias.

Este conjunto de Indicadores, designados de Alerta, deverá permitir complementar as estatísticas oficiais com indicadores dinâmicos, actuais, com acrescida capacidade descritiva e explicativa, conseguindo-se assim obter um conhecimento mais profundo da realidade, que permita agir, sempre que possível, de modo preventivo. Pretende igualmente captar o impacto que as políticas e as medidas adoptadas produzem nas condições de vida das populações.

Estes Indicadores de Alerta deverão, assim, permitir aferir alterações de hábitos de consumo e de estilos de vida, alterações de estratégias das famílias face a problemas que se sentem ou se antevêm, bem como dificuldades em assumir despesas básicas as quais antecedem, muitas das vezes, situações mais graves que acabam por conduzir ao recurso aos apoios sociais.

Neste sentido, pretende-se que estes indicadores permitam sinalizar alterações a montante das situações mais graves, de emergência, quando as famílias já se encontram numa situação de ruptura, dependentes de apoios sociais vários.

Tanto quanto possível, estes indicadores deverão ser reportados ao território da cidade de Lisboa, reflectindo deste modo as suas especificidades. Contudo há que ter em conta também um conjunto de outras características de modo a garantir a sua qualidade e adequação às necessidades do Sistema de Indicadores de Alerta, nomeadamente, periodicidade (deverá no mínimo ser trimestral), com uma série histórica passível de análise (desde 2008 ou anterior), permitindo assim avaliar o seu comportamento ao longo do tempo e a sua adequação aos objectivos pretendidos.

A garantia de uma recolha ágil e atempada também serão critérios importantes a ter em conta na sua selecção.

Quadro 1. Variáveis para a análise da qualidade dos indicadores

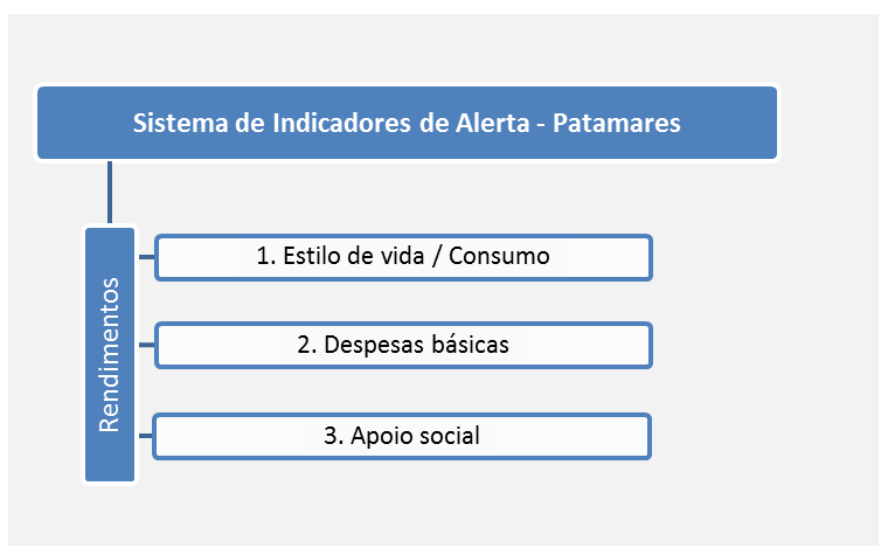
Variáveis	Classificação
a) Periodicidade	Ano Semestre Trimestre Mês
b) Âmbito territorial	País Região Concelho Freguesias
c) Série histórica passível de análise	Anterior a 2008 2008 2009 2010 2011 2012 2013

Assim, tendo como pano de fundo as características atrás referidas, numa 1ª fase foram definidos três patamares de alerta, ditados sobretudo por alterações registadas nos rendimentos das famílias, sendo, por este motivo, esta área considerada transversal nesta análise.

Os patamares identificados foram os seguintes:

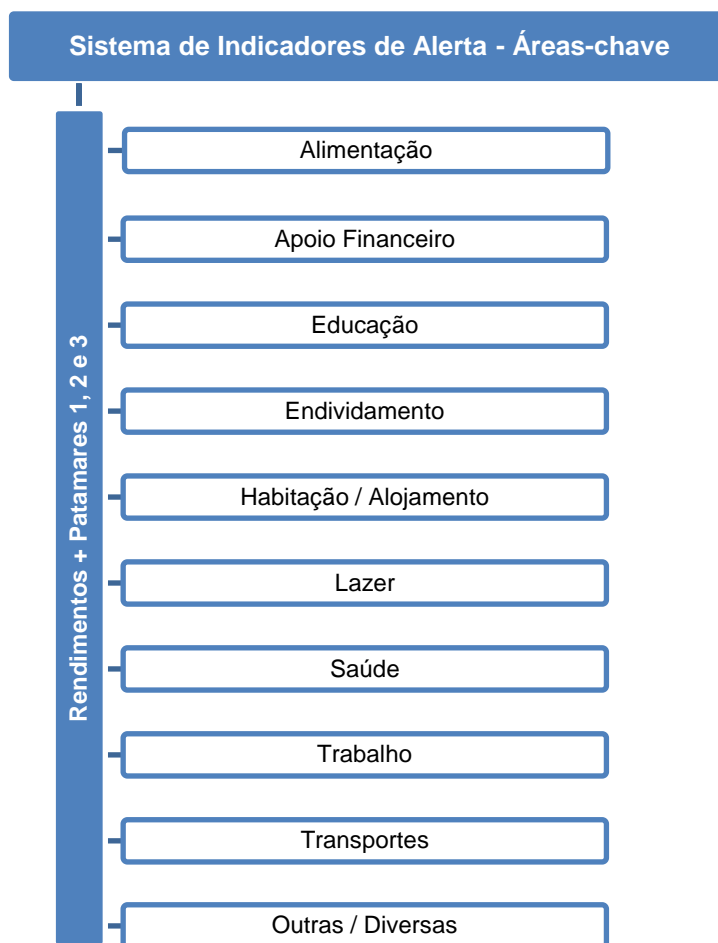
- Um **primeiro patamar**, que incide sobre estilos de vida e consumo que permita detectar alterações na gestão dos orçamentos familiares face a uma efectiva (ou receada) redução do rendimento em áreas como, por exemplo, educação, saúde, transportes, lazer.
- Um **segundo patamar**, que detecta as dificuldades das famílias em assegurarem as despesas comprometidas, como créditos diversos, bem como despesas básicas que se revelam sobretudo nas despesas com habitação (renda ou crédito, água, electricidade, gás), saúde, educação.
- Um **terceiro patamar**, que permite caracterizar o recurso aos apoios sociais, tanto no que se refere à quantidade da procura, como aos motivos e respostas accionadas.

Quadro 2. Patamares de Análise



Após a referência destes patamares foram estabelecidos, para cada um deles, áreas chave consideradas centrais na vida das famílias e dos indivíduos, sendo elas: saúde, habitação, educação, trabalho, alimentação, apoio financeiro, endividamento, transportes, lazer.

Quadro 3. Áreas Chave



Estabelecida esta articulação, numa 2ª fase, foram sinalizados um conjunto de indicadores e respectivas fontes, relacionados com cada uma das quatro áreas identificadas (rendimento e os restantes três patamares), totalizando 107 indicadores (ver quadro 5) provenientes de 40 entidades públicas e privadas (ver quadro 4).

Assim, para o patamar Rendimento identificaram-se 12 indicadores, para o patamar “Estilos de Vida/Consumo” 31 indicadores, para o patamar “Despesas Básicas” 29 indicadores e para o patamar Apoio Social 35 indicadores.

Quadro 4. Fontes Sinalizadas

Indicadores de Alerta – Fontes sinalizadas
ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde
ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho
AEEP - Associação dos Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo
AIL - Associação dos Inquilinos Lisbonenses
ANECRA - Associação Nacional das Empresas de Comércio e Rep. Automóvel
ANP - Associação Nacional de Proprietários
AMI – Assistência Médica Internacional
APED - Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição
Autoridade Tributária e Aduaneira
Banco Alimentar contra a Fome
Banco de Portugal
Câmara dos Solicitadores
Caritas Diocesana de Lisboa
Carris - Transportes Públicos de Lisboa
CML - Câmara Municipal de Lisboa – Habitação, Desenvolvimento Social e Educação
DECO - GAS - Gabinete de Apoio ao Sobre-endividado
DGE - Direcção-Geral de Energia
DGERT - Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
EDP
EPAL
FNESPC - Federação Nacional do Ensino Superior Particular e Cooperativo
GEBALIS
ICA - Instituto do Cinema e do Audiovisual
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional
IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP
II, IP - Instituto de Informática, IP
IIC - Instituto Informador Comercial
INE - Inquérito aos Espectáculos ao Vivo
INFARMED
ISS - Instituto de Segurança Social Centro Distrital
Kantar Worldpanel
Lisboagás - GALP Energia
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
Ministério da Educação
Ministério da Saúde
O Companheiro
SCML - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Telecom Meo
Universidade Técnica de Lisboa
Zon Multimédia

Quadro 5. Patamares/Áreas e Indicadores

Patamares e Áreas	Número de indicadores
0. Rendimentos	12
1. Estilo de Vida / Consumo	31
Alimentação	6
Educação	2
Endividamento	2
Habitação / Alojamento	3
Lazer	8
Saúde	3
Trabalho	1
Transportes	6
2. Despesas Básicas	29
Contribuições	1
Educação	5
Habitação / Alojamento	19
Endividamento	3
Saúde	1
3. Apoio Social	35
Alimentação	5
Apoio financeiro	5
Educação	4
Habitação / Alojamento	8
Outras / Diversas	11
Saúde	2
Total Geral	104

Como é explícito no quadro nº 5, o total dos indicadores relativos a cada patamar encontra-se repartido pelas diversas áreas seleccionadas. De referir que a base de dados que alimenta este Sistema nunca estará definitivamente fechada, sendo permeável à entrada de novos indicadores, bem como à supressão de outros que se revelem menos pertinentes. Aliás, os indicadores que neste momento constam da base de dados não foram todos definidos à partida, tendo vários deles surgido em consequência de acontecimentos entretanto verificados e das diversas reuniões mantidas ao longo do primeiro trimestre do ano com as fontes parceiras deste projecto

Identificados os indicadores, e as respectivas fontes, o passo seguinte consistiu em solicitar-lhes um pedido de reunião de modo a explicitar melhor os propósitos do projecto em questão e a importância da sua colaboração para o sucesso desta acção (ver anexo 1).

Contudo, um conjunto de constrangimentos fizeram com que esta fase fosse mais demorada e difícil do que inicialmente previsto, provocando atrasos nos passos seguintes (ver anexo 1).

Entre os entraves encontrados, destaca-se logo à partida a **dificuldade de resposta por parte de algumas das fontes contactadas por razões diversas**, nomeadamente: a dificuldade em identificar a pessoa/departamento indicado a quem solicitar dados (no caso das entidades privadas), os procedimentos formais exigidos, a inexistência de procedimentos internos de rotina, bem como a escassez de recursos humanos (no caso de organismos públicos e entidades do sector social).

Assegurar as séries cronológicas necessárias foi outra das dificuldades sentidas. Recordamos que um dos critérios de “qualidade” dos indicadores diz respeito à série cronológica pretendida, pois para a análise da variação do indicador considera-se- aconselhável possuir informação trimestral ou semestral desde, pelo menos, o ano 2008 até ao presente. Ora, esta **necessidade revelou-se nalguns casos difícil de concretizar pelo facto de muitas das instituições contactadas não possuírem informação sistematizada para todo esse período**. Noutros casos são as quebras de séries verificadas devido à interrupção na cedência de dados, como é o caso dos indicadores relativos às prestações sociais (subsídios de desemprego, Rendimento Social de Inserção e Complemento Solidário para Idosos) que o Observatório já recolhia anteriormente e que se revelam fulcrais neste projecto. A cooperação estabelecida entre o II, IP - Instituto de Informática (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social), e o Observatório permitiu em 2011 compilar informação relativa às diversas prestações sociais com âmbito geográfico concelhio e por freguesias, desde o ano 2008. Esta colaboração, contudo, foi interrompida em 2012, fruto de alterações registadas nos procedimentos definidos pela Segurança Social, não tendo até agora sido retomada. Apesar dos vários esforços despendidos no sentido de recuperar essa cooperação ágil e atempada (características fundamentais para que esta ferramenta de Indicadores de Alerta dê os resultados pretendidos), neste momento, tal ainda não foi possível.

Também a necessidade de **a informação ser trabalhada a nível concelhio** se tem revelado, nalguns casos, difícil de assegurar já que existem várias entidades que apenas possuem informação de âmbito nacional ou regional, não tendo capacidade de a desagregar ao nível territorial desejado.

Dificuldades	Soluções aconselhadas
Capacidade de resposta por parte de algumas fontes contactadas em identificar a pessoa/departamento, procedimentos formais exigidos, inexistência de procedimentos internos de rotina, escassez de recursos humanos.	Definição de “pontos focais”; Criação de rotinas simples; Maior sensibilização para os objectivos da colaboração / maior envolvimento.
Assegurar as séries cronológicas pretendidas pela inexistência de dados.	Substituição por outros indicadores, uma vez esgotada a possibilidade de reconstituir essas séries.
Assegurar as séries cronológicas pretendidas pela interrupção na cedência dos dados	Encontrar, em conjunto com as fontes, modo de ultrapassar esta situação de forma célere.
Inexistência de informação desagregada ao nível concelhio.	Substituição por outros indicadores / elaboração de estimativas para a cidade de Lisboa.

Assim, dos 33 pedidos de reunião solicitados, 22 entidades responderam, sendo que 15 destas facultaram dados (ver em detalhe quadro anexo 2).

Destas entidades, há uma cooperação regular e estável com a DECO – Gabinete Sobreendividamento, com a EPAL, com a DGERT, Instituto de Cinema e Audiovisuais e com a SCML, recebendo dados mensais e trimestrais relativos ao concelho de Lisboa. O IIEFP é outra das entidades que disponibiliza informação periodicamente (trimestralmente), fruto de uma colaboração estabelecida anteriormente com o OLCPL.

Os dados recebidos são disponibilizados com acesso livre no site do Observatório (salvo casos em que o contrário seja solicitado), depois de sujeitos a tratamento e análise estatística.¹

As barreiras referidas anteriormente fizeram com que as fases seguintes do projecto (fases 6 e 7) sofressem um atraso que será recuperado no início do ano 2014.

Neste sentido, e após análise de todos os indicadores recolhidos (ver anexo 3), será efectuada a triagem daqueles que melhor respondem às características mencionadas como sendo essenciais - periodicidade, série cronológica, estabilidade na cedência de dados por parte da fonte, referência ao concelho de Lisboa - estabilizando a bateria de indicadores, depurando-a de informação pouco relevante ou de difícil actualização e enriquecendo-a com nova informação, assegurando permanente atenção a alterações de conjuntura que possam dar relevo a indicadores diferentes dos agora utilizados.

Após este processo avaliou-se a viabilidade técnica de evoluir, com base nestes indicadores, para a construção de um índice que sintetize o conjunto da informação recolhida, facilitando a análise longitudinal essencial para os objectivos propostos. Esta avaliação² revelou-se positiva deixando, portanto, como um dos objectivos a prosseguir em 2014 a construção de desse índice, seu teste e validação.

¹ Ver http://observatorio-lisboa.eapn.pt/noticias_visualizar.php?ID=640.

² Para a qual se contou com a colaboração do Prof. Carlos Farinha Rodrigues, consultor do Observatório para esta actividade.

Indicadores de Alerta

Actividade	Objectivo	Acções realizadas	Resultados
<p>Construção de um sistema de indicadores que permita aumentar a capacidade de antever situações de alterações das condições socioeconómicas das famílias.</p>	<p>Alargar a natureza da informação recolhida, identificando indicadores dinâmicos, com a finalidade de poder identificar rapidamente e em “tempo útil” situações positivas ou negativas, alertando assim para mudanças significativas nas condições socioeconómicas das famílias.</p>	<ul style="list-style-type: none">- Identificação das dimensões (habitação, educação, saúde, rendimento)- Identificação de patamares de análise:<ul style="list-style-type: none">rendimento/meios de vidaestilos de vida e consumodespesas básicasapoio social- Identificação de áreas chave- Identificação de critérios de qualidade dos indicadores:<ul style="list-style-type: none">periodicidadeâmbito territorialsérie histórica- Sinalização de indicadores e respectivas fontes- Solicitação de reunião e pedido de dados às entidades (ver anexo 1)<ul style="list-style-type: none">- 33 pedidos de reunião/cedência de dados (ver anexo 1)- 16 reuniões presenciais (ver anexo 1)- 6 respostas por email (ver anexo 1)	<ul style="list-style-type: none">- Identificação de 40 fontes/entidades- Sinalização de 107 indicadores- Confirmação de informação sobre 77 indicadores (ver anexo 2)- Relatório anual

2.2 Elaboração do Referencial Estratégico para Monitorização do Desenvolvimento Social de Lisboa

O Plano de Desenvolvimento Social 2013-2015 (PDS) elaborado pela Rede Social de Lisboa, tem como finalidade nortear a acção social no concelho com vista a promover a coesão social na cidade. Para a prossecução deste objectivo estratégico foram definidos cinco desafios orientadores da acção do PDS:

1. Lisboa, território da cidadania organizacional
2. Lisboa, cidade inclusiva
3. Lisboa, cidade saudável
4. Lisboa, cidade do empreendedorismo social
5. Lisboa, cidade das redes de inovação social

Para o cumprimento desta missão e dos seus cinco desafios a Rede Social de Lisboa definiu 27 acções, identificadas na sua Agenda Estratégica. Para 17 destas actividades foram criados Grupos de Missão, cada um dos quais coordenados por uma entidade que será responsável pela constituição do Grupo e do seu funcionamento.

É na sequência desta decisão que surge o convite dirigido ao Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa para coordenar os trabalhos relativos ao Grupo de Missão formalmente denominado “*Elaboração do referencial estratégico para monitorização do desenvolvimento social de Lisboa de suporte à visão do Plano de Desenvolvimento Social (PDS)*”, encontrando-se integrado no Desafio 5. Cidade das Redes de Inovação Social.

A concretização desta actividade, pela sua natureza, exige uma abordagem transversal não se cingindo a este desafio. Assim, o Referencial Estratégico pretende abranger todas as dimensões relacionadas com os restantes desafios atrás referidos, assumindo-se deste modo como um documento orientador do planeamento com vista à promoção de Lisboa como cidade da inclusão social.

Para alcançar este objectivo, o seu foco tem que ir para além do PDS 2013-2015 e das suas acções, constituindo-se como um instrumento de futuro através do qual se definirão as linhas de acção da intervenção social na cidade de Lisboa.

Nesse sentido, deverá constituir-se como referência para:

- monitorizar e avaliar a evolução das condições sociais e económicas no concelho de Lisboa por referência ao desafio central de Lisboa, Cidade da Coesão Social;
- fomentar o reforço, redefinição ou introdução de actividades e prioridades no decurso da vigência do Plano de Desenvolvimento Social 2013-2015 (PDS) e da preparação do plano seguinte, promovendo a sua articulação com outras intervenções estratégicas;
- aferir a forma como a cidade enfrenta o desafio da inclusão social em consequência de acções de nível local, mas também das políticas e medidas de âmbito nacional e europeu, contribuindo para a avaliação e definição de políticas e medidas nestes três níveis.

Com vista à elaboração deste Referencial, identificaram-se os **domínios estratégicos** que deverão ser privilegiados na acção futura da Rede Social de Lisboa, os **critérios de referência** que constituem condições que, a serem asseguradas, deverão melhorar a qualidade dos resultados da intervenção por referência ao seu objectivo geral – a promoção da coesão social -, e um conjunto de **indicadores estratégicos** que deverão servir de base à monitorização de cada um dos domínios considerados e consequente avaliação dos impactos produzidos neste âmbito.³

2.2.1 Domínios Estratégicos

Tendo em conta o alcance destes objectivos, a 1ª fase do trabalho do Grupo de Missão passou por, em primeiro lugar, **sinalizar os domínios estratégicos que sustentam a promoção da coesão social**, tendo como referência a consensualização que existe quando se aborda a questão da inclusão social e que se encontram contempladas nos indicadores do domínio da pobreza e exclusão social utilizados na União Europeia (indicadores de Laeken, por exemplo).

Com base numa proposta inicial, e após consultas realizadas no âmbito da Rede Social, foram identificados os seguintes domínios estratégicos:

- a) *Rendimento*: existência de rendimentos que assegurem a aquisição de bens e serviços considerados aceitáveis numa dada comunidade, os quais podem ter origem no trabalho, na propriedade ou no sistema de segurança social.
- b) *Mercado de Trabalho*: participação no mercado de trabalho com os direitos consignados e não em sectores marginalizados e precários, assegurando não apenas uma fonte de rendimento mas também uma base de sustentação da auto-estima e do sentimento de utilidade.
- c) *Educação*: acesso à Educação e a um percurso educativo apropriado e à aprendizagem ao longo da vida, promovendo o acesso à sociedade do conhecimento e da informação.
- d) *Saúde*: acesso à saúde, na medida em que uma saúde deficiente – resultante de más condições de vida, menor informação, menores recursos, maior dificuldade de acesso - é um contributo determinante para a produção, manutenção ou agravamento de situações de pobreza e exclusão.
- e) *Habitação*: garantia de uma habitação digna, o que implica acesso à habitação e capacidade de a manter, num território digno, propiciador de relações que enriqueçam o capital social, o que ultrapassa as políticas sociais de oferta de habitação e implica acções integradas de desenvolvimento dos territórios.

Estes domínios estratégicos possuem, obviamente, como pano de fundo a luta contra a pobreza e exclusão social, o que implica ter em conta se o conjunto de medidas a serem implementadas contempla acções efectivas de combate à pobreza, geradoras de recursos próprios e de processos de autonomização, a par de outras de carácter paliativo e de emergência, igualmente necessárias mas de natureza distinta. Será, portanto, uma condição de sucesso da estratégia da Rede Social de Lisboa a capacidade de desenvolver tanto acções especificamente dirigidas à luta contra a pobreza, de carácter reparador e autonomizante, como acções preventivas que ultrapassam as fronteiras do campo social, a par de outras caracterizadas pela capacidade paliativa ou de emergência, necessárias mas de pouco ou nulo contributo para a promoção da coesão social.

2.2.2 Critérios de Referência

Com o intuito de assegurar melhores condições de sucesso que, a serem asseguradas, deverão melhorar a qualidade dos resultados da intervenção por referência ao seu objectivo geral, destacaram-se dois critérios que deverão estar presentes no processo e na sua avaliação.

O primeiro critério, o da **governança**, que *marca todo o processo*, desde o diagnóstico à avaliação final, passando pela execução e seu acompanhamento, de qualquer medida, plano ou acção, e que garante maiores condições de sucesso face aos objectivos propostos.

Pressupondo o reconhecimento da impossibilidade de cada um dos agentes que intervém na cidade possuir, só por si, a informação necessária e suficiente e todas as competências que se impõe mobilizar, o modelo de governança passará pela consensualização, pela partilha de recursos e estabelecimento de parcerias potenciando as condições de sucesso da intervenção, integrando políticas, medidas e iniciativas tantas vezes avulsas e desligadas entre si.

O princípio da governação partilhada, democrática e participada deverá estar presente não apenas nas estruturas de coordenação central, mas também nos diversos níveis, nomeadamente na coordenação e implementação das actividades e acções constantes do PDS. Actuando-se deste modo, estar-se-á a promover a criação de estratégias integradas mais eficazes, marcadas pela qualidade dos resultados, sua efectividade e durabilidade e pela capacidade geradora de modelos de referência em torno de um projecto comum, reafirmando motivações que deram origem à Rede Social.

Tal só é possível alcançar através de um processo permanentemente monitorizado e avaliado, com metodologias sólidas de auto-avaliação e prestação de contas.

Deste modo, o sistema de acompanhamento e avaliação dos diversos Grupos de Missão e do Plano de Desenvolvimento Social no seu conjunto, no que se refere a indicadores de estrutura, de execução e de resultados, deverá monitorizar e avaliar a capacidade de promover processos de governação activamente participada e partilhada em torno de um projecto comum.

O segundo critério, diz respeito à **efectividade e equidade**, elementos que deverão constar da *avaliação de resultados* constituindo-se como um critério decisivo que assegura a qualidade da intervenção e a sua capacidade real de promoção de mudança.

Para além de garantir a existência de respostas adequadas, é fundamental também assegurar que todos os cidadãos tenham conhecimento da sua existência, capacidade de a elas aceder e que as mesmas sejam próximas dos cidadãos, proximidade física mas também simbólica no sentido de destruir barreiras que se erguem entre as pessoas e instituições.

No entanto, e tendo em conta que o objectivo final dos processos de intervenção social é provocar mudanças estruturais na sociedade, a estas condições há que acrescentar a capacidade de

assegurar que o resultado das intervenções provoca mudanças efectivas e duradouras na vida das pessoas, famílias e comunidades, em particular junto das mais vulneráveis, promovendo a sua autonomia.

De facto, uma determinada intervenção social deve ser avaliada, em última análise, pela sua capacidade de alterar efectivamente as condições de vida das pessoas, nomeadamente das mais fragilizadas, pelo que o enfoque sobre a efectividade e a equidade dos seus resultados ergue-se como critério central na avaliação da qualidade da intervenção, já que apenas estas garantem a autonomização dos indivíduos e famílias e asseguram o contributo esperado para a desejada promoção da coesão social na cidade.

Assim, o Referencial Estratégico deverá assegurar uma atenção particular à efectividade dos resultados, erguendo-se como critério central na avaliação a qualidade da intervenção.

Desta forma, o processo de monitorização e avaliação promovido pela operacionalização do Referencial Estratégico, nomeadamente na sua articulação com o PDS, deverá dar especial relevo à capacidade de realizar as mudanças desejadas junto das pessoas, categorias sociais e territórios mais fragilizados, distinguindo de forma clara o que são, por um lado, os meios mobilizados e esforço despendido e, por outro, os impactos duradouros efectivamente alcançados.

2.2.3 Indicadores de Referência

Com vista à monitorização da estratégia definida, de promoção de coesão social na cidade, e tendo em conta os domínios estratégicos considerados, procedeu-se à identificação de um conjunto de indicadores.

Neste sentido, e de modo a responder aos objectivos traçados, os indicadores deverão ser marcados pela sua **pertinência, abrangência e relevância** face aos domínios considerados e garantir uma série de características, entre as quais:

- ser **fiáveis**: apoiados em dados creíveis e disponibilizados por fontes seguras;
- ser **transparentes e comunicáveis**: claros na leitura e de fácil compreensão;
- ser fáceis na **recolha, armazenamento** e no **tratamento de informação**;
- ser **comparáveis** com outros períodos e territórios.

Outro aspecto a ter em conta é o âmbito geográfico, devendo os indicadores remeter para a realidade da cidade de Lisboa, seja a nível de concelho como de freguesia. Contudo, responder a esta necessidade revela-se desafiante pois **muitas das estatísticas produzidas anualmente em Portugal têm uma dimensão nacional ou regional**, obtidas através de inquéritos por amostragem representativa das NUT I ou NUT II, **impedindo retractar o território de mais pequena dimensão como é o concelho e a freguesia**. Acresce que quando estes dados existem encontram-se **disponíveis em prazos demasiado alargados para a monitorização de planos de médio prazo**, como é o caso dos dados disponibilizados pelos CENSOS, promovidos pelo INE a cada dez anos.

Para colmatar estas dificuldades, e sempre que possível, deverá proceder-se à **substituição desses indicadores por outros** que sejam de certo modo equivalentes no que respeita à informação que transportam e que permitam a caracterização actualizada do concelho de Lisboa no que se refere a cada um dos domínios considerados. Por exemplo, a *taxa de desemprego*, apurada pelo INE através do Inquérito ao Emprego, e que apenas apura resultados para as NUT II, poderá ser substituído por dados de recolha administrativa, como o número de desempregados (1º emprego, DLD, casais desempregados, etc.), ou estudar-se a produção de uma estimativa a nível

concelho, assegurando, de uma ou de outra forma, a caracterização do concelho e a sua comparabilidade com outros territórios.

Outra lacuna que se terá que ultrapassar é o facto de os dados estatísticos oficiais não captarem as percepções subjectivas dos diversos actores envolvidos, fundamentais tanto para a caracterização da situação vivida como para o planeamento de acções futuras, tendo para isso que se complementar e articular essas estatísticas com estudos e acções desenvolvidos noutros âmbitos por entidades envolvidas na Rede Social ou disponíveis para com ela colaborar. O estudo do Barómetro de pessoas que se encontram em situação vulnerável, realizado pelo Observatório, é um destes exemplos.

Uma outra questão que se levanta é o facto de estes indicadores poderem **não ser suficientemente sensíveis para captar alterações rápidas das condições de vida das pessoas e famílias**, pertinentes sobretudo em momentos como o que vivemos actualmente, onde as rápidas transformações ocorridas impactam directamente na extensão e intensidade dos fenómenos sociais.

Por isso, dever-se-á procurar indicadores ***que permitam detectar rapidamente sinais sobre a evolução das condições de vida das pessoas e famílias, alertando para alterações que indiquem mudanças de conjuntura e que possam vir a influenciar a evolução de indicadores de referência.***

Sugerimos neste sentido que exista uma articulação entre esta bateria de indicadores e o conjunto de indicadores de alerta que o OLCPL tem recolhido e analisado de modo a sinalizar prematuramente alterações na vida quotidiana das pessoas e famílias.

Outra condição essencial, indispensável e que garantirá e permitirá avançar com este trabalho, é o acesso à informação tanto por parte das entidades identificadas como detentoras de informação central, como o Instituto da Segurança Social, o IEFP e outras, mas também as que fazem parte da Rede Social de Lisboa e que possuem informação resultante da sua intervenção local, essencial para conhecer a evolução da coesão social em Lisboa. Torna-se assim fundamental encontrar mecanismos de agilização com as fontes dos indicadores sinalizados, só possível com um comprometimento por parte de todas elas na cedência dos dados. Neste sentido, o Grupo de Missão responsável pela elaboração do Referencial Estratégico, em conjunto com a Comissão Executiva da Rede Social, deverá articular com cada uma dessas entidades os moldes em que este procedimento será feito.

Alguns dos desafios referidos deverão ser enfrentados gradualmente, ao longo do tempo, ensaiando soluções que enriqueçam a bateria de indicadores que serve de base ao Referencial Estratégico.

Desafios para selecção de indicadores	Soluções a estudar
<p>Muitas das estatísticas produzidas anualmente em Portugal têm uma dimensão nacional ou regional impedindo identificar situações atípicas ou específicas de um determinado concelho.</p> <p>Dados mais relevantes para a caracterização das freguesias só são colectados a cada dez anos nos CENSOS, promovidos pelo INE.</p>	<p><i>Substituir esses indicadores por outros que permitam fazer uma aproximação à informação pretendida, através dados de recolha administrativa ou de estimativas especialmente produzidas com este objectivo.</i></p>
<p>Os dados estatísticos oficiais não captam aspectos fundamentais da realidade tais como as percepções subjectivas dos diversos actores envolvidos.</p>	<p><i>Complementar estes dados com outros, de carácter qualitativo, articulando com estudos e acções desenvolvidos noutros âmbitos por entidades envolvidas na Rede Social ou disponíveis para com ela colaborar (exemplo: Barómetro do OLCPL).</i></p>
<p>Estes indicadores podem não ser suficientemente sensíveis para captar alterações rápidas das condições de vida das pessoas e famílias.</p>	<p><i>Articular com outros que permitam detectar rapidamente sinais sobre a evolução das condições de vida das pessoas e famílias (exemplo, indicadores de alerta do OLCPL).</i></p>

Esta bateria de indicadores não sendo um sistema fechado, deverá caracterizar-se pela versatilidade de incorporar novos indicadores ou abandonar outros que não cumpram os seus objectivos. Deverá ainda, num período relativamente próximo, articular-se com iniciativas como o Quadro Estratégico Comum (2014-2020) ⁴, a Carta Estratégica Lisboa 2010/24 ⁵ ou o documento Lx-Europa 2020 – Lisboa no próximo período de programação comunitário ⁶, documentos estratégicos com os quais o Referencial não poderá deixar de se articular.

Tratando-se de indicadores que deverão sustentar informação e gerar conhecimento sobre domínios estratégicos no âmbito da coesão social, devem reportar-se de modo inequívoco aos efeitos de impacto permitindo monitorizar as alterações de fundo, estruturais no que se refere à procura da coesão social, ou seja, sobre os efeitos de médio e longo prazo na estrutura social considerada (neste caso, a cidade de Lisboa), permitindo avaliar os progressos feitos nesse sentido.

Sendo assim, indicadores que remetam para as condições de realização (indicadores de estrutura ou organização), para os processos (indicadores de execução) e para os resultados deverão ser sinalizados, monitorizados e avaliados pelos responsáveis pela avaliação das actividades, nomeadamente das constantes do Plano de Desenvolvimento Social.

⁴ O "Quadro Estratégico Comum" servirá de referência à definição de prioridades de investimento para o próximo período de financiamento (2014-2020) por parte dos Estados-Membros e das suas regiões e ao conseqüente desenho dos "Contratos de Parceria" que os Estados-Membros irão estabelecer com a Comissão, nos quais explicitam as suas estratégias de desenvolvimento com vista à prossecução das metas da Europa 2020.

⁵ "Carta Estratégica de Lisboa 2010/24 – um compromisso para o futuro da cidade", Julho 2009: a Carta Estratégica é um instrumento de orientação que pretende dar resposta a um conjunto de questões com as quais a cidade de Lisboa se debate e que constituem os atuais desafios estratégicos no planeamento da Cidade.

⁶ "Lx-Europa 2020 – Lisboa no quadro do próximo período de programação comunitário", Novembro 2012: documento que visa preparar a cidade para o próximo Quadro Estratégico Comum 2014-2020, resultado da parceria estabelecida com os actores da cidade, nomeadamente, com os representados na Comissão de Acompanhamento da Missão Lisboa Europa 2020.

Com base nestas considerações, no primeiro levantamento de indicadores efectuado foram identificados 76 indicadores, estando distribuídos pelas cinco dimensões referidas e classificados quanto ao âmbito geográfico, à sua periodicidade e à respectiva fonte.

Destes indicadores, 45 referem-se ao concelho de Lisboa (município e freguesias) e 69 têm uma periodicidade anual ou mensal (sendo que os de periodicidade mensal deverão ser tratados com uma regularidade trimestral).

Este conjunto de indicadores é disponibilizado por um total de sete fontes, com as quais deverá ser estabelecida uma colaboração regular.

Com o intuito de envolver os restantes Grupos de Missão (GM) neste processo, numa segunda fase o OLCPL solicitou que os mesmos sinalizassem indicadores decorrentes dos seus objectivos e acções concretas incluídas no PDS 2013-2015, e outros que, decorrentes da sua actividade quotidiana, também contribuam para complementar os indicadores estratégicos referidos anteriormente e que sejam portadores das qualidades necessárias: pertinência face aos domínios, reportarem-se ao concelho de Lisboa e serem passíveis de actualização atempada.

Foi possível realizar reuniões com os Grupos de Missão responsáveis por 7 acções do PDS, numa fase em que alguns ainda não estavam constituídos ou se encontravam em fase inicial de trabalho. Alguma dificuldade na percepção e entendimento do solicitado pode também ter dificultado o envolvimento de mais Grupos de Missão.

Perante estes constrangimentos, foram realizadas as seguintes reuniões:

- GM Carta de Acessibilidade Universal aos Equipamentos Sociais;
- GM Plataforma Área Envelhecimento;
- GM Carta Social para Lisboa Georeferenciada e Actualizada;
- GM Modelo Descentralizado para Rentabilização da Rede de Infra-estruturas e Equipamentos sociais;
- GM Reorganização Progressiva dos Diferentes Serviços, de acordo com o Novo Mapa Administrativo da Cidade;
- GM Construção de um Modelo de Voluntariado;
- GM Incubadora Social.

O facto de ainda não ter havido envolvimento de um maior número de Grupos de Missão é um aspecto que tem que ser ultrapassado quanto antes, identificando para tal, e em conjunto com a Comissão Executiva da Rede Social de Lisboa, formas de ultrapassar os impedimentos e constrangimentos que têm surgido, reforçando junto dos Grupos a necessidade e importância dos seus contributos neste processo.

Com vista a facilitar e dinamizar este envolvimento, o Observatório propôs no seu relatório anual a realização de um trabalho conjunto com cada um dos Grupos de Missão, com base em grelhas especificamente criadas para o efeito.

Seguindo estas linhas de orientação, o passo seguinte consistiu em efectuar, ainda que provisoriamente, um exercício no qual se procedeu à articulação do Referencial Estratégico com o PDS 2013-2015, relacionando as diferentes acções previstas com os domínios estratégicos e os critérios de referência, simulando a intensidade da relação existente.

Este trabalho resultou num primeiro esboço do que poderão ser as linhas de cruzamento entre o PDS e o Referencial Estratégico devendo ser entendido como uma base para um trabalho futuro a desenvolver com os restantes Grupos de Missão no decurso da fase de operacionalização do Referencial.

Neste momento, a proposta de Referencial Estratégico encontra-se em apreciação na Rede Social de Lisboa, aguardando-se a aprovação da versão final para se avançar com a fase da sua operacionalização.

Em resumo, foram estas as actividades desenvolvidas em 2013:

Actividades Desenvolvidas – 2013
Definição dos domínios estratégicos
Sinalização de indicadores, fontes com identificação de âmbito geográfico e periodicidade
Proposta de bateria de indicadores de referência
Elaboração do 1º Relatório do Grupo de Missão
Reuniões com Grupos de Missão
Participação em sessões de trabalho com o Grupo de Trabalho Área Envelhecimento
Elaboração do 2º Relatório do Grupo de Missão
Concepção da articulação entre Referencial Estratégico e Plano
Concepção da operacionalização do Referencial e das suas condições de realização
Elaboração do Relatório 2013

Mais detalhadamente, as actividades desenvolvidas em 2013 e seus resultados foram os seguintes:

Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa 2013-2015 (PDS) – Elaboração do Referencial Estratégico para Monitorização do Desenvolvimento Social de Lisboa

Actividade	Objectivo	Acções realizadas	Resultados
<p>Elaboração do Referencial Estratégico para monitorização do Desenvolvimento Social de Lisboa</p>	<p>Elaborar um documento orientador do planeamento com vista à promoção de Lisboa como cidade da inclusão social, constituindo-se como referência para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - monitorizar e avaliar a evolução das condições sociais e económicas no concelho de Lisboa por referência a esse desafio central; - avaliar a forma como a cidade enfrenta o desafio da inclusão social em consequência de acções de nível local mas também das políticas e medidas de âmbito nacional e europeu, contribuindo para a avaliação e definição de políticas e medidas nos três níveis; - fomentar o reforço, redefinição ou introdução de actividades e prioridades no decurso da vigência do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2013-2015 e na preparação do plano seguinte, e promover a sua articulação com outras intervenções estratégicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa e análise documental - Recolha e análise de informação estatística - Reuniões com os Grupos de Missão - Reuniões com a Comissão Executiva da Rede Social de Lisboa - Participação nos <i>Workshop's</i> temáticos sobre Gestão do Voluntariado - Participação na apresentação do Relatório da Monitorização da Pessoa Sem-Abrigo referente a 2011 - Pesquisa e análise teórica científica com vista à sustentação da proposta de referencial estratégico - Reuniões com 7 Grupos de Missão (GM): <ul style="list-style-type: none"> • GM Carta de acessibilidade universal aos equipamentos sociais; • GM Plataforma Área Envelhecimento; • GM Carta Social para Lisboa georeferenciada e actualizada; • GM Modelo descentralizado para rentabilização da rede de infra-estruturas e equipamentos sociais; • GM Reorganização progressiva dos diferentes serviços, de acordo com o novo mapa administrativo da cidade; • GM Construção de um modelo de voluntariado; • GM Incubadora Social. 	<ul style="list-style-type: none"> - 5 reuniões com a Comissão Executiva da Rede Social de Lisboa - Relatórios do Grupo de Missão: <ul style="list-style-type: none"> - 1º Relatório (Junho 2013) - 2º Relatório (Setembro 2013) - 3º Relatório (Dezembro 2013) - ...que incluem: <ul style="list-style-type: none"> - Sinalização dos domínios estratégicos - Definição dos indicadores de referência - Proposta de operacionalização do Referencial

2.3 “Barómetro de pessoas que se encontram em situação vulnerável” (2ª fase)

Este estudo iniciou-se em 2011 com a realização de entrevistas em profundidade a 80 pessoas em situação de pobreza, distribuídas por seis perfis de pobreza, com base na metodologia de painel com a qual se pretende **captar ao longo do tempo os processos, as causas e os efeitos ou as tendências das dinâmicas de pobreza**. Seguir as mesmas pessoas ao longo do tempo, **identificando percursos-tipo e aprofundando os processos que conduzem ou mantêm as pessoas em situações de vulnerabilidade** é objectivo deste estudo. A metodologia de painel implica o contacto com as mesmas pessoas de forma periódica, tendo sido definida a regularidade de dois anos para a realização das diversas vagas de entrevistas.

Neste sentido, deu-se início em Outubro de 2013 à segunda fase do Barómetro dando continuidade assim à abordagem longitudinal que pressupõe seguir os percursos de vida das mesmas pessoas de modo a aprofundar o conhecimento do processo de (des)vulnerabilização.

O objectivo central desta fase assenta na compreensão dos processos que acentuam ou quebram ciclos de vulnerabilização, por via da análise do acesso e da apropriação de recursos disponibilizados pelas políticas sociais e dos recursos individuais e capacidades de projecto das pessoas que constituem o painel.

Os primeiros passos desta segunda fase resultaram no final de 2013 na:

- recolha e análise bibliográfica de textos recentes sobre pobreza, pobreza urbana, políticas sociais, mobilidade social, crise;
- realização das sinopses dos 74 entrevistados da Fase I e elaboração das questões específicas para cada um deles;
- realização das primeiras 15 entrevistas

Ao longo do primeiro semestre de 2014 terá lugar a fase de consolidação e conclusão do trabalho que dará origem a um novo produto/resultado.

Barómetro

Actividade	Objectivo	Acções realizadas	Resultados
<u>“Barómetro de pessoas que se encontram em situação vulnerável” (2ª fase)</u>	Seguir os percursos de vida das mesmas pessoas de modo a aprofundar o conhecimento do processo de (des)vulnerabilização	<ul style="list-style-type: none">- Análise da proposta e adjudicação do estudo ao Centro de Estudos Dinâmia-CET- Recolha e análise bibliográfica de textos recentes sobre pobreza, pobreza urbana, políticas sociais, mobilidade social, crise;- Realização das sinopses dos 74 entrevistados da Fase I e elaboração das questões específicas para cada um deles	Realização de 15 entrevistas

3. Encontros do Observatório

Pelo facto de em 2013 O Observatório se ter dedicado às actividades dos Indicadores de Alerta e do Referencial Estratégico de suporte ao desenvolvimento social de Lisboa, não foram realizados encontros sobre um tema específico.

4. Publicações

Encontra-se em análise qual (ais) o(s) meio(s) mais indicado(s) para assegurar futuras publicações do Observatório.

5. Outras actividades realizadas

No âmbito das reuniões realizadas no âmbito do Plano de Intervenção para a Área do Envelhecimento, o Observatório apresentou nas 4 zonas territoriais de Lisboa e para todos os parceiros presentes da Rede Social, dados estatísticos de caracterização demográfica relevantes para o diagnóstico da cidade no que diz respeito ao envelhecimento, servindo assim de suporte à definição do plano de acção de cada zona territorial.

3. Encontros
4. Publicações

<u>Actividade</u>	<u>Objectivo</u>	<u>Acções realizadas</u>	<u>Resultados</u>
<u>Encontros</u>	Suporte ao Plano de Acção para a Intervenção na Área do Envelhecimento servindo de apoio à elaboração de diagnósticos nas 4 zonas territoriais de Lisboa.	Tratamento de dados estatísticos relevantes para o diagnóstico da cidade no que diz respeito ao envelhecimento.	Tratamento estatístico de dados de caracterização demográfica e prestações sociais apresentados nas 4 zonas territoriais de Lisboa .
<u>Publicações</u>	Encontra-se em análise qual (ais) o(s) meio(s) mais indicado(s) de futuras publicações do Observatório.		

Anexo 1

Indicadores de Alerta (ponto de situação dos contactos realizados)

Indicadores de Alerta – Fontes sinalizadas	Envio de email/Pedido de Reunião	Indicadores Solicitados	Estado da Resposta	Resposta/Indicadores Facultados
1.ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde	Envio de email a pedir dados e a solicitar reunião	<ul style="list-style-type: none"> - nº de utentes isentos do pagamento de taxas moderadoras; - nº de utentes isentos do pagamento de taxas moderadoras devido a situação de desemprego ou insuficiência económica; - nº de processos de cobrança coerciva; - nº de requerimentos de pedidos de isenção de pagamento 	Resposta por email	<p>Envio de dados :</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nº de utentes isentos de pagamento de taxas moderadoras por insuficiência económica (Portugal, até Maio 2013) - Nº de utentes isentos de pagamento de taxas moderadoras por situação de desemprego (Portugal, até Maio 2013) - Nº de requerimentos por insuficiência económica (Portugal, 2012 e 2013 – dados mensais)
2.ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho	Envio de email a pedir dados e a solicitar reunião	<ul style="list-style-type: none"> - Nº trabalhadores com salários em atraso - Nº empresas com salários em atraso 	Reunião presencial realizada	<p>Possuem apenas dados nacionais e anuais que são disponibilizados no relatório de actividades anual.</p> <p>Em princípio vão tratar o ano de 2012 e alguns anos para trás, por distrito.</p>
3.AEEP - Associação dos Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo	Envio de email a pedir dados e a solicitar reunião	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de alunos inscritos em estabelecimentos do ensino particular e ensino cooperativo - Nº de pedidos de redução do valor da mensalidade - Nº de alunos com mensalidades em atraso 	Reunião presencial realizada	<p>Disponibilizaram-se para no futuro inserir nos questionários que fazem regularmente algumas questões que sejam interessantes para o projecto IA</p> <p>Possibilidade de isolar dados da cidade de Lisboa e região.</p>
4.AIL - Associação dos Inquilinos Lisbonenses	Envio de email a pedir dados e a solicitar reunião	- nº de pedidos de ajuda derivado à entrada em vigor da nova lei das rendas e consequente aumento do valor das rendas	Sem resposta	Sem resposta
5.ANECRA - Associação Nacional das Empresas de Comércio e Rep. Automóvel	Considerado para uma segunda fase	_____	_____	_____

6.AMI	Envio de email a pedir dados e a solicitar reunião - nº de pedidos de apoios directo; - nº de pedidos encaminhados por instituições; - nº de pessoas/famílias que apoiam; - tipo de apoio vs nº de utentes	Resposta por email	- nº pessoas apoiadas por equipamento social - nº de pessoas apoiadas (pedidos directos) - nº de pessoas apoiadas (encaminhadas por outras instituições)
7.ANP - Associação Nacional de Proprietários	Considerado para uma segunda fase		
8.APED - Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição	Envio de email a pedir dados e a solicitar reunião - Evolução do consumo de produtos "marca própria" - Evolução do tipo de produtos consumidos (carne, peixe, enlatados, etc.)	Sem resposta	Sem resposta
9.Autoridade Tributária e Aduaneira	Considerado para uma segunda fase		
10.Banco Alimentar contra a Fome	Envio de email a pedir dados e a solicitar reunião - nº de pedidos de apoio directos por concelho e freguesias de Lisboa; - nº de instituições apoiadas pelo Banco Alimentar no concelho de Lisboa (por freguesia); - nº de cabazes (famílias e pessoas).	Sem resposta	Possuímos dados relativos aos anos 2008, 2009, 2010 e 2011 conseguidos no âmbito de outra iniciativa do OLCPL. Apesar da insistência, ainda não nos foram disponibilizados dados relativos aos anos 2012 e 2013.
11.Banco de Portugal	Envio de email a pedir dados e a solicitar reunião - nº de famílias em incumprimento - crédito habitação - nº de famílias em incumprimento – crédito pessoal - nº de famílias com crédito malparado - nº empresas com crédito malparado - nº de famílias com crédito de cobrança duvidosa destinado à habitação	Reunião presencial	Têm informação relativa a particulares e empresas disponível na página de internet e de acesso livre, mas apenas a nível nacional. Vão colocar à direcção a possibilidade de fazer esta divulgação a nível concelhio.
12.Câmara dos Solicitadores	Envio de email a pedir dados e a solicitar reunião - Nº de salários penhorados	Contacto telefónico	Não conseguem filtrar os dados que queremos: não conseguem especificar as causas da penhora, há quanto tempo decorreu e se são

			trabalhadores de Lisboa.
13. Caritas Diocesana de Lisboa	Envio de email a pedir dados e a solicitar reunião	<p>Dados relativos ao:</p> <ul style="list-style-type: none"> - atendimento social efectuado na Diocese de Lisboa - ao programa “Fundo de Emergência Social” relativo à Diocese de Lisboa e se possível a nível nacional - ao programa “Fundo Prioridade às Crianças” 	<p>Reunião Presencial</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nº famílias atendidas - Nº famílias atendidas 1ª vez - Total pessoas abrangidas - Total pessoas abrangidas 1ª vez <p>No que respeita ao Fundo Social Solidário, por ter uma dimensão nacional, a Caritas Diocesana de Lisboa não dispõe dos dados, tal como não possuem dados relativos ao Projecto Prioridade às Crianças.</p> <p>Estas informações só a Caritas Portuguesa é que possui</p>
14. Carris - Transportes Públicos de Lisboa	Envio de email a pedir dados e a solicitar reunião	<ul style="list-style-type: none"> - nº de passageiros com passe social +, - nº de passageiros que utilizam a Carris e não têm bilhete ou o mesmo não é válido, - nº de passageiros que utilizam a Carris 	<p>Contacto por email</p> <ul style="list-style-type: none"> - Passes sociais concedidos a: Estudante - 4_18/Sub23 Estudantes 4_18/Sub23 A 3ª idade Reformados/pensionistas modalidade social + modalidade social +A

<p>15.CML - Câmara Municipal de Lisboa</p> <ul style="list-style-type: none"> - DPT Habitação - DPT Desenvolvimento Social - DPT Educação 	<p>DPT Habitação (DMHDS)</p> <p>DPT Desenvolvimento Social (DDS):</p> <p>Violência Doméstica - Nº de casos sinalizados (estes casos são posteriormente encaminhados para a SCML?)</p> <p>Venda Ambulante: - Nº de pedidos de licença de venda ambulante</p> <p>FES – Agregados Familiares: - Nº de pedidos efectuados - Nº de famílias beneficiárias do apoio (apoio atribuído) - Motivos da atribuição do apoio</p> <p>DPT Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - nº de alunos que requereram acção social escolar (educação pré-escolar e 1º ciclo ensino básico) - nº de alunos que beneficiam de acção social escolar por escalão A e B e por nível de ensino - educação pré-escolar e 1º ciclo ensino básico 	<p>DPT Habitação (DMHDS) - Reunião Presencial</p> <p>DPT Desenvolvimento Social (DDS) - Reunião Presencial</p> <p>DPT Educação – contacto por email</p>	<p>DPT Habitação (DMHDS)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Listas de classificação provisória e de classificação definitiva do Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal - Relatório de 2011 relativo ao RRAHM - Programa de Renda Convencionada (caracterização dos candidatos, total de candidaturas, total de visitas ao site) <p>DPT Desenvolvimento Social (DDS)</p> <p>Violência Doméstica</p> <p>Sobre este ponto o DDS não tem atendimento especializado, no entanto, o Município de Lisboa criou recentemente um Grupo de Trabalho para a elaboração do Plano Municipal Contra a Violência Doméstica, o qual é coordenado pelo DDS, pelo que quando tiverem alguns dados decorrentes do Plano enviarão</p> <p>Venda Ambulante:</p> <p>Pedidos de atribuição de venda ambulante e que foram alvo de parecer pelo DDS (2008-2011)</p> <p>Desde 2012, “encontra-se</p>
---	---	---	--

			<p>suspensa a atribuição de licenças de venda ambulante atendendo a que se encontra em análise e estudo a eventual aplicação de novas regras e políticas de licenciamento da venda ambulante</p> <p>FES – Agregados Familiares Estão a aguardar a finalização do processo de entrega de relatório de execução por todas as Juntas de Freguesia. Quando estiver terminado, enviarão a informação.</p> <p>A atribuição do FES passou a ser possível apenas a partir de Maio de 2012 (Deliberação n.º 27/AM/2012) e as Juntas de Freguesia estão obrigadas a apresentar o Relatório de Execução Física aos serviços da CML apenas anualmente</p> <p>DPT Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nº de crianças inscritas na Educação Pré-escolar - Nº de crianças inscritas na Educação Pré-escolar com apoio social escolar - Nº alunos matriculados no 1.º Ciclo do ensino básico - Nº de alunos matriculados no 1.º Ciclo do ensino básico com apoio social escolar (ASE)
<p>16.DECO - GAS - Gabinete de Apoio ao Sobre-endividado</p>	<p>Envio de email a pedir dados e a solicitar reunião</p>	<p>Reunião presencial</p>	<p>- Características demográficas dos titulares do pedido (idade, estado civil)</p>

			<ul style="list-style-type: none"> - Rendimento do agregado - Despesas do agregado - Escalões Taxa de Esforço - Causas dos pedids <p>(informação recebida mensalmente relativa ao concelho de Lisboa do ano 2013)</p>
17.DGE - Direcção-Geral de Energia	Considerado para uma segunda fase		
18.DGERT - Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho	<p>Envio de email a pedir dados e a solicitar reunião</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pessoas despedidas em processos de despedimento colectivo - Empresas com processos de despedimentos colectivos 	Reunião presencial	<ul style="list-style-type: none"> - Despedimentos Colectivos - Processos Iniciados por Dimensão das Empresas - Despedimentos Colectivos - Processos Iniciados por Classificação da Actividade Económica - Despedimentos Colectivos - Processos Iniciados por Fundamentação do Despedimento Colectivo - Despedimentos Colectivos - Processos Concluídos por Dimensão das Empresas - Despedimentos Colectivos - Processos Concluídos por Classificação da Actividade Económica - Despedimentos Colectivos - Processos Concluídos por Fundamentação <p>(dados por concelho de Lisboa desde 2008 até 2013)</p>
19.EDP	Envio de email a pedir dados e a		A resposta obtida foi que a EDP Distribuição não fornece qualquer

	<p>solicitar reunião</p> <ul style="list-style-type: none"> - nº de clientes com tarifa social, - nº de pedidos de tarifa social, - nº de clientes com ASECE (Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia) - nº de pedidos de alteração de potência contratada, - nº de avisos de corte, - nº de cortes efectuados, - nº de débitos vencidos 	<p>Resposta por email</p>	<p>informação sobre clientes ao que o OLCPL respondeu a dizer que a informação que necessitava não eram dados pessoais sobre os clientes, mas sim dados estatísticos (como o nº de clientes com tarifa social, nº de pedidos de tarifa social, nº de pedidos de alteração de potência contratada, nº de avisos de corte, nº de cortes efectuados, débitos vencidos)</p> <p>Insistimos no contacto, dirigindo o pedido de colaboração para o Presidente da EDP Distribuição, Eng. João Torres, mas não obtivemos resposta.</p>
<p>20.EPAL</p>	<p>Envio de email a pedir dados e a solicitar reunião</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nº de pedidos de pagamento faseados; - Nº de acordos de pagamento estabelecidos; - Nº de clientes que aderiram ao protocolo das juntas de freguesia (se possível, por freguesia); - Nº de avisos de corte de abastecimento; - Nº de cortes de abastecimento efectivados; - Nº de clientes que vão para rescisão. 	<p>Reunião Presencial</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Avisos Corte Emitidos - Cortes de água emitidos - Rescisão de contratos água em função de não pagamento - Cortes água efectuados - Cartas de rescisão emitidas - Nº de rescisão por débito - Pedidos de pagamentos faseados - Nº Acordos Pagamento - Nº desdobramentos facturas s/ acordo - Desdobramentos de faturas < €40 - Clientes que recorrem a protocolo entre EPAL e JF
<p>21.FNESPC - Federação Nacional do Ensino Superior Particular e Cooperativo</p>	<p>Considerado para uma segunda fase</p>		
<p>22.GEBALIS</p>	<p>Envio de email a</p>		

	pedir dados e a solicitar reunião		Reunião presencial	No momento da reunião estava em curso a verificação dos rendimentos das famílias residentes nas casas dos bairros sociais da Gebalis Ficou de enviar pdf com relatório 2011
23.ICA - Instituto do Cinema e do Audiovisual	Envio de email a pedir dados e a solicitar reunião	Bilheteira cinemas - espectadores e receita bruta	Contacto por email	Bilheteira cinemas - espectadores e receita bruta
24.IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	Colaboração assegurada no âmbito de outro projecto do OLCPL		Colaboração assegurada no âmbito de outro projecto do OLCPL	- Nº de desempregados inscritos nos CE - Nº desempregados de longa duração - Nº desempregados 1º emprego - Nº casais desempregados
25.IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP	Considerado para uma segunda fase			
26.II, IP - Instituto de Informática, IP	Envio de email e ofício a pedir dados e a solicitar reunião	- Nº beneficiários do Subsídio de Desemprego - Nº beneficiários do Subsídio Social de Desemprego - Nº beneficiários do RSI - Nº beneficiários RSI - Famílias Isoladas - Nº beneficiários RSI - Famílias Monoparentais - Nº beneficiários com processamento de CSI (género) - Valor (€) Médio de Prestação de CSI por Requerente com Processo Activo CSI	Sem resposta	Sem resposta

27.IIC - Instituto Informador Comercial	Envio de email e ofício a pedir dados e a solicitar reunião - nº de acções de insolvência registadas no concelho de Lisboa	Reunião presencial	- nº de empresas em processo de insolvência - nº de pessoas Singulares em processo de insolvência
28.INE - Inquérito aos Espectáculos ao Vivo	Considerado para uma segunda fase		
29.INFARMED	Envio de email e ofício a pedir dados e a solicitar reunião - número de embalagens dispensadas de - medicamentos psicofármacos antidepressores e antipsicóticos	Reunião presencial	Sem resposta até ao momento
30.ISS - Instituto de Segurança Social/Centro Distrital	Envio de email e ofício a pedir dados e a solicitar reunião ISS, IP - Nº beneficiários do Subsídio de Desemprego - Nº beneficiários do Subsídio Social de Desemprego - Nº beneficiários do RSI - Nº beneficiários RSI - Famílias Isoladas - Nº beneficiários RSI - Famílias Monoparentais - Nº beneficiários com processamento de CSI (género) - Valor (€) Médio de Prestação de CSI por Requerente com Processo Activo CSI ISS, IP/Centro Distrital de Lisboa: - Nº de pedidos de abono de família por escalão requeridos e concedidos	ISS, IP: resposta por ofício ISS, IP/Centro Distrital de Lisboa : reunião presencial	ISS, IP: A resposta à nossa solicitação foi que o pedido de dados efectuado segue um conjunto de normas específicas que regulamentam a sua disponibilização tendo que a mesma ser enquadrada em protocolos específicos. ISS, IP/Centro Distrital de Lisboa: A resposta à nossa solicitação foi que os dados estatísticos da Segurança Social serão apresentados pelo Centro Distrital, nas Plataformas Supraconcelhias e disponibilizados a todos os parceiros. Até ao momento recebemos dados relativos ao nº de refeições servidos nas cantinas sociais do

		<ul style="list-style-type: none"> - Nº de pedidos de requerimento para apoio judiciário (pedidos e concedidos) - Nº de pessoas colectivas e singulares com dívidas à Segurança Social - Nº de agregados que beneficiam do apoio das Cantinas Sociais - Caracterização dos agregados que beneficiam do apoio das Cantinas Sociais 		concelho de Lisboa
31.Kantar Worldpanel	Envio de email a pedir dados e a solicitar reunião	<p>Consumo "Canal Horeca" (cafés, restaurantes, hotéis)</p> <p>Consumo de produtos de grande consumo (FMCG - Fast Moving Consumers Goods) (Alimentação + Frescos + Limpeza/lar + Higiene/Beleza</p> <p>Consumo de Marcas da Distribuição (MDD) - "marca própria"</p> <p>Consumo de Marcas dos Fabricantes (MDF) - produtos de "marca"</p>	Reunião presencial	Sem resposta até ao momento
32.Lisboagás - GALP Energia	Envio de email a pedir dados e a solicitar reunião	<ul style="list-style-type: none"> - nº de avisos de corte; - nº de cortes efectuados; - débitos vencidos - Consumo de gás nas casas particulares 	Reunião presencial	<p>Número de contratos de fornecimento de gás - clientes residencial</p> <p>Número de avisos de corte de fornecimento de gás - clientes residencial</p> <p>Número de cortes de fornecimento de gás - clientes residencial</p>

			Número de facturas vencidas - clientes residencial
33.Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Envio de email a pedir dados e a solicitar reunião	- nº de passageiros com tarifa social (Social +), nº de - passageiros que utilizam o metro e não têm bilhete ou o mesmo não é válido, nº de passageiros que utilizam o metro	Sem resposta
34.Ministério da Educação/DREL	Envio de email a pedir dados e a solicitar reunião		Sem resposta
35.Ministério da Saúde	Ver 1. ACSS		
36.O Companheiro	Envio de email a pedir dados e a solicitar reunião		Reunião presencial
			Os dados que poderão interessar dizem respeito à cantina social que possuem. Contudo estes dados já vêm compilados nos dados enviados pelo ISS/Centro Distrital de Lisboa
37.SCML - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Envio de email a pedir dados e a solicitar reunião	Atendimento Social: - Nº de processos abertos - Nº de processos reabertos (s/ movim/ há mais de 3 anos) - Nº de processos saídos no período: - Nº de processos encerrados - Motivos do encerramento dos processos - Nº de processos activos Atendimento de Emergência: - Nº de atendimentos - Nº de processos abertos (utentes novos) - Nº de processos movimentados (utentes atendidos): - utentes nacionais - utentes estrangeiros	Reunião presencial
			Atendimento Social - Nº Processos Abertos Atendimento Social - Nº Processos Reabertos Atendimento Social - Nº Processos Encerrados Atendimento Social - Nº Processos Activos Atendimento Social de Emergência: N.º de atendimentos, N.º de processos abertos (utentes novos), N.º de processos movimentados (utentes atendidos), Alojamento em pensões: N.º de diárias, N.º de pessoas Infância e Juventude:

	<p>Alojamento em pensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nº de diárias - Nº pessoas isoladas - Nº agregados <ul style="list-style-type: none"> - valor aloj. isolados - valor aloj. agregados <p>familiares</p> <p>Cartão de saúde SCML:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nº de beneficiários do cartão de saúde SCML <p>Infância e Juventude:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nº de famílias sinalizadas/referenciadas - Nº de crianças/jovens sinalizados/referenciados por proveniência - Nº de crianças/jovens que cessaram o acompanhamento - Nº de crianças/jovens que cessaram o acompanhamento (com remoção da situação de risco/perigo) - Nº total de processos familiares saídos/concluídos - Nº total de processos familiares saídos/concluídos (com remoção da situação de risco/perigo) <p>Serviço de apoio a famílias em situação de exclusão social (ajuda alimentar):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nº de utentes <p>Centro de apoio social dos</p>		<p>- Equipas de Apoio à Família(N.º de famílias sinalizadas/referenciadas, N.º de crianças/jovens referenciados)</p> <p>Atendimento Social: N.º de famílias sinalizadas/referenciadas, N.º de crianças/jovens referenciados)</p> <p>Apoio a famílias (apoio alimentar): N.º de utentes com apoio alimentar</p> <p>Centro de Apoio Social dos Anjos: N.º de utentes do refeitório</p> <p>Vítimas de violência: N.º de situações sinalizadas</p>
--	--	--	--

		<p>anjos: - Nº de utentes do refeitório (o nº de utentes do refeitório do CASA estão incluídos no nº de utentes do serviço de apoio a famílias em situação de exclusão social?)</p> <p>Vítimas de violência: - Nº de situações sinalizadas</p>		
38.Telecom Meo	Envio de email a pedir dados e a solicitar reunião	<p>nº de pedidos de alteração de pacote para valores mais baixos</p> <p>nº de incumprimentos</p> <p>nº de incumprimentos que vão para contencioso</p> <p>nº de cancelamento de contratos por motivos de redução de custos das famílias</p>	Sem resposta	Sem resposta
39.Universidade Técnica de Lisboa	Envio de email a pedir dados e a solicitar reunião	<p>nº de alunos notificados por propinas em atraso; nº de alunos com dívidas em atraso; nº de casos de propinas em atraso encaminhados para cobrança coerciva, nº de propinas incobráveis, nº de alunos impossibilitados de se matricular devido a propinas em atraso; nº de diplomas emitidos devido a não pagamento de propinas</p>	Sem resposta	Sem resposta
40.Zon Multimédia	Envio de email a pedir dados e a solicitar reunião	<p>nº de pedidos de alteração de pacote para valores mais baixos</p> <p>nº de incumprimentos</p> <p>nº de incumprimentos que vão para contencioso</p> <p>nº de cancelamento de contratos por motivos de redução de custos das famílias</p>	Sem resposta	Sem resposta

Anexo 2
Indicadores de Alerta (Quadro Síntese)

Nível: Rendimento

Indicador	Fonte	Âmbito Geográfico	Séries conseguidas	Periodicidade da informação
⊙ Desempregados inscritos no CE				
Desempregados inscritos no CE (género, idade, habilitações)	IEFP	PT, AML, Distrito, Concelho, Freguesia	2008-3º trim. 2013	Trimestral
Desempregados de Longa Duração inscritos no CE	IEFP	PT, AML, Distrito, Concelho, Freguesia	2008-3º trim. 2013	Trimestral
Desempregados à procura do 1º emprego inscritos no CE	IEFP	PT, AML, Distrito, Concelho, Freguesia	2008-3º trim. 2013	Trimestral
Casais desempregados inscritos no CE	IEFP	PT, AML, Distrito, Concelho, Freguesia	2010-2012	Trimestral
⊙ Insolvências				
Empresas em processo de insolvência	IIC	PT, Distrito, Concelho Lisboa	2009-2013	Trimestral
Pessoas Singulares em processo de insolvência	IIC	PT, Distrito, Concelho Lisboa	2009-2013	Trimestral
⊙ Layoff				
Estabelecimentos com situação de Layoff	ISS, IP	Portugal	2005-2013	Mensal
Beneficiários com prestações de Layoff (por ano do processamento e tipo de subsídio)	ISS, IP	Portugal	2005-2013	Mensal

⊙ **Despedimentos Colectivos**

Despedimentos Colectivos - Processos Iniciados por Dimensão das Empresas	DGERT	Distrito, Concelho Lisboa	2008-2013	Trimestral
Despedimentos Colectivos - Processos Iniciados por Classificação da Actividade Económica	DGERT	Distrito, Concelho Lisboa	2008-2013	Trimestral
Despedimentos Colectivos - Processos Iniciados por Fundamentação do Despedimento Colectivo	DGERT	Distrito, Concelho Lisboa	2008-2013	Trimestral
Despedimentos Colectivos - Processos Concluídos por Dimensão das Empresas	DGERT	Distrito, Concelho Lisboa	2008-2013	Trimestral
Despedimentos Colectivos - Processos Concluídos por Classificação da Actividade Económica	DGERT	Distrito, Concelho Lisboa	2008-2013	Trimestral
Despedimentos Colectivos - Processos Concluídos por Fundamentação	DGERT	Distrito, Concelho Lisboa	2008-2013	Trimestral
⊙ Venda Ambulante				
Pedidos de atribuição de venda ambulante e que foram alvo de parecer pelo DDS	CML	Concelho Lisboa	2008-2011	Anual

Nível: Estilo de Vida - Consumo

⊙ DECO - Gab. Sobreendividamento

Procura de apoio por sobreendividamento - caracterização pessoa/família (nº titulares, idade, habilitações, rendimentos, despesas, taxa de esforço,	Deco	PT, Concelho Lisboa	2013	Mensal
Procura de apoio por sobreendividamento - motivos	Deco	PT, Concelho Lisboa	2013	Mensal

⊙ Taxas moderadoras saúde

Nº de utentes isentos de pagamento de taxas moderadoras por insuficiência económica	ACSS	Portugal	2013 (até 16 Maio)	2013 (até 16 Maio)
Nº de utentes isentos de pagamento de taxas moderadoras por situação de desemprego	ACSS	Portugal	2013 (até 16 Maio)	2013 (até 16 Maio)
Nº de requerimentos por insuficiência económica	ACSS	Portugal	2012-2013	2012 e 2013: mensal

⊙ Instituto do Cinema e do Audiovisual

Bilheteira cinemas - espectadores e receita bruta	Instituto do Cinema e do Audiovisual	PT, Concelho Lisboa	2008-1º, 2º e 3º Trim 2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
---	--------------------------------------	---------------------	----------------------------	----------------------------------

⊙ Carris

Passes sociais concedidos (Estudante - 4_18/Sub23; 4_18/Sub23 A), 3ª idade, Reformados/pensionistas, modalidade social +, modalidade social +A)	Carris	Conc. Lisboa	2008-2013	Trimestral
---	--------	--------------	-----------	------------

Nível: Despesas Básicas

⊙ EPAL

Avisos Corte Emitidos	EPAL	Conc. Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 Trimestral
Cortes de água emitidos	EPAL	Conc. Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 Trimestral
Rescisão de contratos água em função de não pagamento	EPAL	Conc. Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 Trimestral
Cortes água efectuados	EPAL	Conc. Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 Trimestral
Cartas de rescisão emitidas	EPAL	Conc. Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 Trimestral
Nº de rescisão por débito	EPAL	Conc. Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 Trimestral
Pedidos de pagamentos faseados	EPAL	Conc. Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 Trimestral
Nº Acordos Pagamento	EPAL	Conc. Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 Trimestral
Nº desdobramentos facturas s/ acordo	EPAL	Conc. Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 Trimestral
Desdobramentos de faturas < €40	EPAL	Conc. Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 Trimestral
Clientes que recorrem a protocolo entre EPAL e JF	EPAL	Conc. Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 Trimestral

⊙ Galp Energia

Número de contratos de fornecimento de gás - clientes residencial	Galp Energia	Concelho Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 até Abril
Número de avisos de corte de fornecimento de gás - clientes residencial	Galp Energia	Concelho Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 até Abril
Número de cortes de fornecimento de gás - clientes residencial	Galp Energia	Concelho Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 até Abril
Número de facturas vencidas - clientes residencial	Galp Energia	Concelho Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 até Abril

Nível: Apoio Social

⊙ Prestações Sociais

Beneficiários do Subsídio de Desemprego	II,IP	PT, Distrito, Concelho e Freguesias	2008-2012	2008-2011 Trimestral; 2012 Anual
Beneficiários do Subsídio Social de Desemprego	II,IP	PT, Distrito, Concelho e Freguesias	2008-2012	2008-2011 Trimestral; 2012 Anual
Beneficiários do RSI	II,IP	PT, Distrito, Concelho e Freguesias	2008-2012	2008-2011 Trimestral; 2012 Anual
RSI - Famílias Isoladas	II,IP	PT, Distrito, Concelho e Freguesias	2008-2012	2008-2011 Trimestral; 2012 Anual
RSI - Famílias Monoparentais	II,IP	PT, Distrito, Concelho e Freguesias	2008-2012	2008-2011 Trimestral; 2012 Anual
Beneficiários regressados ao RSI	ISS, IP	Portugal, Distrito		
Beneficiários com processo cessado RSI	ISS, IP	Pt, Distrito	2008-2012	
Beneficiários com processamento de CSI (género)	II,IP	PT, Concelho, Freguesias	2008-2012	2008-2010: Anual; 2011: trim.; 2012 Anual
Valor (€) Médio de Prestação de CSI por Requerente com Processo Activo CSI	II,IP	PT, Distrito, Concelho	2011	Trimestral

⊙ Apoio Social Pré-Escolar e Ensino Básico

Crianças inscritas na Educação Pré-escolar com apoio social escolar (concelho de Lisboa) - Nº	CML - Dpt Educação		2007-2013	Anual
Alunos matriculados no 1º. Ciclo do ensino básico com apoio social escolar (ASE) - Nº	CML - Dpt Educação		2007-2013	Anual

© Apoio Social prestado pela SCML

Atendimento Social - Nº Processos Abertos - SCML	SCML	Concelho, Freguesia	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
Atendimento Social - Nº Processos Reabertos - SCML	SCML	Concelho, Freguesia	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
Atendimento Social - Nº Processos Encerrados - SCML	SCML	Concelho, Freguesia	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
Atendimento Social - Nº Processos Activos - SCML	SCML	Concelho, Freguesia	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
Atendimento Social de Emergência:	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de atendimentos	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de processos abertos (utentes novos)	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de processos movimentados (utentes atendidos):	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
Utentes nacionais	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
Utentes estrangeiros	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
Alojamento em pensões:	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de diárias	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de pessoas	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
Infância e Juventude (crianças em risco no Atend. Soc. e Equipas de Apoio à Família:				
Equipas de Apoio à Família	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de famílias sinalizadas/referenciadas	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de crianças/jovens referenciados	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
Atendimento Social	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de famílias sinalizadas/referenciadas	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de crianças/jovens referenciados	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
Apoio a famílias (apoio alimentar):	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de utentes com apoio alimentar	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
Centro de Apoio Social dos Anjos:	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de utentes do refeitório	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
Vítimas de violência:	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de situações sinalizadas	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de beneficiários com cartão de saúde	SCML	Concelho, Freguesia	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral

⊙ **Apoio Social prestado pela AMI**

Equipamento Social (Pessoas Apoiadas)	AMI	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: semestral
Pedidos Directos (Pessoas Apoiadas)	AMI	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: semestral
Encaminhados por outras instituições (Pessoas Apoiadas)	AMI	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: semestral

⊙ **Habitação Municipal**

Evolução dos Pedidos de Atribuição de Habitação Municipal	CML - DPT Habitação Social	Concelho Lisboa	2001-2011	Anual
--	-------------------------------	-----------------	-----------	-------

⊙ **Cáritas**

Nº famílias atendidas	Cáritas Diocesana Lisboa	Concelho Lisboa	2013	2013: mensal
Nº famílias atendidas 1ª vez	Cáritas Diocesana Lisboa	Concelho Lisboa	2013	2013: mensal
Total pessoas abrangidas	Cáritas Diocesana Lisboa	Concelho Lisboa	2013	2013: mensal
Total pessoas abrangidas 1ª vez	Cáritas Diocesana Lisboa	Concelho Lisboa	2013	2013: mensal

⊙ **Banco Alimentar**

Famílias e Pessoas Apoiadas pelo Banco Alimentar (nº de cabazes), no Concelho de Lisboa	Banco Alimentar de Lisboa	Concelho Lisboa	2008-2011	Anual
--	---------------------------	-----------------	-----------	-------

ANEXO 3

Bateria de Indicadores de Referência do Referencial Estratégico

Indicador	Nível geográfico	Fonte	Disponível em	Periodicidade
A. Rendimento / meios de vida				
Ganho médio per capita dos trabalhadores por conta de outrem com contrato	Freguesia	MTSS	Quadros de pessoal	Anual
Beneficiários do RSI	Freguesia	ISS, IP	Definir em Protocolo	Trimestral
Prestação média dos beneficiários do RSI	Freguesia	ISS, IP	Definir em Protocolo	Trimestral
Prestação média das famílias beneficiárias do RSI	Freguesia	ISS, IP	Protocolo	Trimestral
Proporção de beneficiários do RSI no conjunto da população	Freguesia	ISS, IP	Definir em Protocolo	Trimestral
Beneficiários do Subsídio de Desemprego	Freguesia	ISS, IP	Definir em Protocolo	Trimestral
Beneficiários do Subsídio Social de Desemprego	Freguesia	ISS, IP	Definir em Protocolo	Trimestral
Beneficiários do Subsídio Social de Desemprego Subsequente	Freguesia	ISS, IP	Definir em Protocolo	Trimestral
Beneficiários do CSI	Freguesia	ISS, IP	Definir em Protocolo	Trimestral
Pensionistas, por tipo de pensão social (velhice, invalidez, sobrevivência)	Freguesia	ISS, IP	Definir em Protocolo	Trimestral
Poder de compra per capita	Município	INE	Estudos	Bienal
Proporção de poder de compra	Município	INE	Estudos	Bienal
Titulares de abono de família por escalão	Município	II, IP	Protocolo	Trimestral
Rendimento monetário disponível por adulto equivalente (RAE)	NUT I	INE	ICOR	Anual
Distribuição do rendimento disponível por adulto equivalente (RAE) por decís e quintis (**)	NUT I	INE	ICOR	Anual
Rendimento monetário disponível por adulto equivalente (RAE) por principal fonte de	NUT I	INE	ICOR	Anual
Distribuição dos rendimentos - Coeficiente de Gini (**)	NUT I	INE	ICOR	Anual
Indicadores de desigualdade S80/S20 e S90/S10	NUT I	INE	ICOR	Anual
Pessoas com rendimento abaixo do limiar da pobreza (**)	NUT I	INE	ICOR	Anual
Taxa de risco de pobreza depois de transferências sociais (*)	NUT I	INE	ICOR	Anual
Taxa de risco de pobreza antes de transferências sociais (**)	NUT I	INE	ICOR	Anual
Taxa de intensidade da pobreza	NUT I	INE	ICOR	Anual
Taxa de privação material	NUT I	INE	ICOR	Anual
Taxa de privação material severa (*)	NUT I	INE	ICOR	Anual
Intensidade da privação material	NUT I	INE	ICOR	Anual
Pessoas a viver em agregados familiares com baixa intensidade de trabalho (*)	NUT I	INE	ICOR	Anual
Pessoas em situação de pobreza consistente	NUT I	INE	ICOR	Anual
B. Mercado de trabalho				
Empresas existentes	Freguesia	MTSS	Quadros de pessoal	
Casais desempregados	Freguesia	IEFP	Protocolo	Trimestral
Desempregados de longa duração	Freguesia	IEFP	Protocolo	Trimestral

Indicador	Nível geográfico	Fonte	Disponível em	Periodicidade
Desempregados de muito longa duração	Freguesia	IEFP	Protocolo	Trimestral
Desempregados sem acesso a subsídio de desemprego	Freguesia	IEFP	Protocolo	Trimestral
Agregados com muito baixa intensidade de trabalho (*) (**)	NUT I	INE	ICOR	Anual
Taxa de emprego (*)	NUT II	INE	Estatísticas do emprego	Trimestral
Taxa de emprego para a população (20-64 anos)	NUT I	INE	Estatísticas do emprego	Trimestral
Taxa de actividade (15 e mais anos)	NUT II	INE	Estatísticas do emprego	Trimestral
Taxa de desemprego	NUT II	INE	Estatísticas do emprego	Trimestral
Taxa de desemprego de longa duração (**)	NUT II	INE	Estatísticas do emprego	Trimestral
Taxa de desemprego de jovens (15 a 24 anos)	NUT II	INE	Estatísticas do emprego	Trimestral
Taxa de inactividade (15 e mais anos)	NUT II	INE	Estatísticas do emprego	Trimestral
C. Habitação				
Pedidos de atribuição de habitação pública, por zona de residência	Freguesia	CML		Trimestral
Pedidos de atribuição de habitação pública, por tipo de alojamento e regime de propriedade (pública ou privada)	Freguesia	CML		Anual
Pessoas envolvidas nos pedidos de atribuição de habitação pública	Freguesia	CML		Trimestral
Fogos para habitação pública	Freguesia	CML		Anual
Pessoas residentes em habitação pública	Freguesia	CML		Anual
Agregados familiares residentes em habitação pública	Freguesia	CML		Anual
Alojamentos sobrelotados	Freguesia	INE	Recenseamento Geral	Decenal
Alojamentos sublotados	Freguesia	INE	Recenseamento Geral	Decenal
Edifício recuperados no âmbito do "Reabilita primeiro, paga depois"	Freguesia	CML		Trimestral
Fogos devolutos	Freguesia	CML		Anual
Fogos com famílias abrangidas pelo programa "Rendas convencionadas"	Município	CML		Trimestral
Candidatos a programa "rendas convencionadas" / total de fogos	Município	CML		Trimestral
Pessoas sem abrigo sinalizadas	Município	CML		Trimestral
Taxa de sobrelotação da habitação	NUT I	INE	ICOR	Anual
Taxa de privação severa das condições de habitação	NUT I	INE	ICOR	Anual
Taxa de sobrecarga das despesas de habitação	NUT I	INE	ICOR	Anual

Indicador	Nível geográfico	Fonte	Disponível em	Periodicidade
População em risco de pobreza com sobrecarga das despesas de habitação	NUT I	INE	ICOR	Anual
D. Saúde				
Pessoas com problemas de saúde prolongados e dificuldades na realização de actividades básicas	Freguesia	INE	Recenseamento Geral	Decenal
Pessoas com dificuldade ou que não conseguem realizar pelo menos uma das 6 actividades do dia-a-dia	Freguesia	INE	Recenseamento Geral	Decenal
Taxa de mortalidade infantil	Município	INE		Anual
E. Educação				
Capacidade instalada de creche	Distrito	CNE		Anual
Taxa de abandono escolar precoce (*)	Freguesia	CNE		Anual
Taxa de analfabetismo	Freguesia	INE		Decenal
Alunos beneficiários dos escalões A e B da ASE	Município	CML		Anual
Taxa de insucesso escolar	Município	CNE		Anual
Taxa de escolarização	Município	CNE		Anual
Taxa de escolarização (bruta e real)	Município	CNE		Anual
Taxa de pré-escolarização (bruta e real)	Município	CNE		Anual
Taxa de retenção	Município	CNE		Anual
Taxa de desistência	Município	CNE		Anual
Crianças acompanhadas pela CPCJ	Município	CPCJ		Trimestral
Taxa de abandono escolar precoce sem entrada no mercado de trabalho ou formação (*) (**)	NUT I	INE	ICOR	Anual
População com o Ensino Superior ou equiparado entre os 30 e os 34 anos de idade (*)	NUT I	INE		Anual
Média de anos de escolarização da população (15-64 anos)	Município	CNE		Anual
Taxa de pré-escolarização	NUT II	CNE		Anual
Alunos inscritos em unidades orgânicas TEIP	NUT II	CNE		Anual